

A Geografia na Contemporaneidade 3

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

A Geografia na Contemporaneidade 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	A geografia na contemporaneidade 3 [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-439-9 DOI 10.22533/at.ed.399190307 1. Geografia – Educação. 2. Geografia humana. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série. CDD 910
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a A Geografia na Contemporaneidade (Volume 3), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quinze capítulos de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de diferentes instituições da Educação Básica e Superior, bem como de centros de estudos e pesquisas.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir dos seguintes enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes, as quais estão materializadas nos sete primeiros capítulos da Coletânea. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores e uma breve leitura sobre às bases do pensamento geográfico brasileiro.

Na sequência as contribuições tratam dos estudos das redes, políticas públicas relacionadas às obras viárias, geoturismo, patrimônio geológico-geomorfológico e os estudos climatológicos aplicados ao conhecimento geográfico e socioambiental.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GEOGRAFIA AGRÁRIA E QUESTÃO AGRÁRIA NO CINEMA: ALGUMAS INDICAÇÕES PARA AS AULAS DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.3991903071	
CAPÍTULO 2	16
QUEM TE DARÁ A TERRA SE NÃO FOREM TUAS MÃOS: PROJETO DE ASSENTAMENTO CHICO MENDES I (PRESIDENTE MÉDICI-RONDÔNIA)	
Tânia Olinda Lima	
Denes Luís Reis Pedrosa	
Rogério Nogueira de Mesquita	
Claudia Cleomar Ximenes	
Danúbia Zanotelli Soares	
DOI 10.22533/at.ed.3991903072	
CAPÍTULO 3	33
VENDA DO ZÉ MAJOR: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA CAMPONESA DA PEDRA LISA	
Geslayne Dias da Silva	
Raoni Ribeiro Guedes Fonseca Costa	
Edevaldo Aparecido Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3991903073	
CAPÍTULO 4	45
MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO COMO ALTERNATIVA DE SUSTENTABILIDADE: O CASO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES EM NOVA UNIÃO, RONDÔNIA	
Lucas Ramos de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.3991903074	
CAPÍTULO 5	58
AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E OS REFLEXOS AMBIENTAIS NA PAISAGEM RURAL PARANAENSE	
Sergio Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.3991903075	
CAPÍTULO 6	66
ABORDAGEM TERRITORIAL, GÊNERO E GEOGRAFIA	
Daiane Carla Bordulis	
Márcio Freitas Eduardo	
DOI 10.22533/at.ed.3991903076	
CAPÍTULO 7	79
EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: A CONTRADIÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA, NA ESCOLA ESTADUAL DOM BOSCO – DOURADOS (MS)	
Crislaine Souza Almeida	
Silvana de Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.3991903077	

CAPÍTULO 8	91
O TRABALHO DE CAMPO COMO RECURSO DE ENSINO EM GEOGRAFIA	
Márcio Estrela de Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.3991903078	
CAPÍTULO 9	106
ITINERÁRIOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: POSSIBILIDADE FORMATIVA	
Diêgo Souza Albuquerque	
Luiz Eduardo do Nascimento Neto	
Mariana Priscila de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.3991903079	
CAPÍTULO 10	121
INTRODUÇÃO ÀS BASES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO	
Darlan Fabiane	
DOI 10.22533/at.ed.39919030710	
CAPÍTULO 11	129
O ESTUDO DAS REDES COMO POSSIBILIDADE DE COMPREENSÃO ESPACIAL	
Lucas Ponte Mesquita	
Juçara Spinelli	
DOI 10.22533/at.ed.39919030711	
CAPÍTULO 12	146
ESTADO, MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO TRECHO LESTE DO RODOANEL MÁRIO COVAS NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES-SP	
Fellipe de Oliveira Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.39919030712	
CAPÍTULO 13	154
MESTRE ÁLVARO E O GEOTURISMO	
Gustavo Henrique Teixeira da Silva	
Jane Dias	
Luiza Leonardi Bricalli	
DOI 10.22533/at.ed.39919030713	
CAPÍTULO 14	162
A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO-GEOMORFOLÓGICO NO PROCESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO: DÉCADAS DE 1950 A 2000	
Any Marise Ortega	
Alex Ubiratan Goossens Peloggia	
DOI 10.22533/at.ed.39919030714	
CAPÍTULO 15	177
A CLIMATOLOGIA APLICADA AO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO E SOCIOAMBIENTAL	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.39919030715	
SOBRE O ORGANIZADOR	190

QUEM TE DARÁ A TERRA SE NÃO FOREM TUAS MÃOS: PROJETO DE ASSENTAMENTO CHICO MENDES I (PRESIDENTE MÉDICI-RONDÔNIA)

Tânia Olinda Lima

Universidade Federal de Rondônia – Unir,
Programa de Pós-Graduação em Geografia –
PPGG
Ariquemes – Rondônia

Denes Luís Reis Pedrosa

Universidade Federal de Rondônia – Unir,
Programa de Pós-Graduação em Geografia –
PPGG
Porto Velho – Rondônia

Rogério Nogueira de Mesquita

Universidade Federal de Rondônia – Unir,
Programa de Pós-Graduação em Geografia –
PPGG
Bujari – Acre

Claudia Cleomar Ximenes

Universidade Federal de Rondônia – Unir,
Programa de Pós-Graduação em Geografia –
PPGG
Pimenta Bueno – Rondônia

Danúbia Zanotelli Soares

Universidade Federal de Rondônia – Unir,
Programa de Pós-Graduação em Geografia –
PPGG
Ariquemes – Rondônia

rural é perceber a sua interação com as partes antes de olhar o todo, é entender como maneja a terra, utiliza a água, como planta a semente, sua organização social com a comunidade, e ainda com o mercado, ao ponto de compreender sustentavelmente este meio rural. Portanto, aprofundar o entendimento e as discussões acerca da produção do espaço efetivado a partir do processo de implantação de assentamentos de reforma agrária no Estado de Rondônia, e mais especificamente em Presidente Médici, no Projeto de Assentamento Chico Mendes I, tornando-se socialmente relevante, principalmente para os camponeses envolvidos nos espaços investigados, à medida que o conhecimento construído permite engendrar ações de fortalecimento do movimento da consolidação da conquista e permanência da luta. Por isso, para melhor compreender estas relações sociais no Assentamento Chico Mendes I é crucial compreender o processo histórico de luta e enfrentamentos dos assentados, assim como identificar o papel do camponeses como protagonista daquela realidade, entendendo como suas respectivas atuações resultam na construção de um rural com problemas e demandas, todavia, este atua para que consiga desenvolver suas atividades para a geração de renda e auto sustento, seja aprendendo por meio dos conhecimentos geracionais, seja com as dificuldades do

RESUMO: O enfrentamento de conquista pela terra, especialmente para o campesinato, representa autonomia, interrompendo uma história de exclusão social. Por isso, pensar no campesinato em áreas de assentamento

cotidiano em produzir no campo, que por muitas vezes está baseado numa assistência deficiente e ausência de acesso às políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento Rural; Campesinato; Movimentos Sociais; Políticas Públicas; Reforma Agrária.

ABSTRACT: The confrontation of conquest by the land, especially for the peasantry, represents autonomy, interrupting a history of social exclusion. Therefore, to think of the peasantry in rural settlement areas is to perceive their interaction with the parties before looking at the whole, is to understand how they manage the land, use water, how to plant the seed, their social organization with the community, and with the market, to the point of sustainably understanding this rural environment. Therefore, to deepen the understanding and the discussions about the production of the space effected from the process of implantation of settlements of agrarian reform in the State of Rondônia, and more specifically in Presidente Médici, in the Project of Settlement Chico Mendes I, becoming socially relevant, especially for the peasants involved in the spaces investigated, as the knowledge built allows engendering actions to strengthen the movement of consolidation of the conquest and permanence of the struggle. Therefore, in order to better understand these social relations in the Chico Mendes I settlement it is crucial to understand the historical process of struggle and confrontation of the settlers, as well as to identify the role of the peasants as protagonists of that reality, understanding how their respective actions result in the construction of a rural with problems and demands, however, it acts so that it can develop its activities for the generation of income and self-sustenance, be it through generational knowledge or the daily difficulties of producing in the field, which is often based on a poor assistance and lack of access to public policies.

KEYWORDS: Rural Settlement; Peasantry; Social Movements; Public Policy; Land Reform.

1 | INTRODUÇÃO

A produção do espaço humano ou social, toma-se como referência neste trabalho ao passo que buscamos dialogar com a concepção de que produzir e produzir espaço são atos indissociáveis (SANTOS, 2008), por isso, este artigo busca efetivar uma análise sobre as relações sociais, destacando o processo histórico da constituição do Projeto de Assentamento Chico Mendes I, no município de Presidente Médici - Rondônia.

Portanto, busca-se pensar o espaço enquanto relações sociais vivenciadas nas propriedades rurais, entre as famílias assentadas e sujeitos externos à comunidade que participam, direta e indiretamente, dos processos econômicos e sociais no assentamento. Nesse sentido a ciência geográfica tem como objeto de estudo o espaço geográfico ou espaço humano, produzido a partir das relações sociais e destas com o meio.

As áreas de reforma agrária, por exemplo, os Projetos de Assentamento, constituem uma porção de espaço geográfico resultante da relação da sociedade com a natureza, produzido através da ação engendrada por diferentes sujeitos sociais. Nesta perspectiva, através do ato de produzir, mediante as técnicas e trabalho, o homem automaticamente está produzindo espaço.

Santos (2008) ressalta que o espaço que nos interessa é o espaço humano ou espaço social que constitui a morada do homem, pois é seu lugar de reprodução da vida e do trabalho. Sendo assim, através da produção o homem modifica a Natureza Primeira, a natureza bruta, a natureza natural “é por essa forma que o espaço é criado como Natureza Segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada. O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço” (SANTOS, 2008, p.203).

No Projeto de Assentamento (PA) Chico Mendes I este processo de produção do espaço e transformação da natureza é muito dinâmico e complexo. A área onde foi implantado, antes recoberta intensamente por vegetação, foi transformada através do trabalho humano, uso de tratores e outros instrumentos de trabalho.

Os assentados participaram deste processo inicial de transformação. A partir da ocupação, novas produções e relações sociais foram sendo efetivadas: as casas, as roças, associações e obras de infraestrutura (escolas, igrejas, estradas, energia elétrica, poços, entre outras) foram construídas, os lotes foram formados, novas culturas foram sendo incorporadas.

Apesar de abordar as concepções de espaço social, destaca-se que este processo é contínuo e dialético, transcende a simples produção e configura a reprodução espacial. Neste sentido, concorda-se com Moreira, (2006) ao colocar que a produção é reprodução, pois o próprio espaço é condição de reprodução. A referida reprodução é viabilizada pelo consumo produtivo, onde parte do que é produzido será destinada a dar continuidade ao processo, caracterizando as condições materiais do trabalho, meios de produção ou condições de reprodução.

2 | ASPECTOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM RONDÔNIA

No processo de compreensão da estrutura fundiária do Estado de Rondônia, também nos deparamos com questões conflitantes, principalmente após 1975, quando o governo federal privilegiou aquisição de terras em favor dos grandes proprietários, indo de encontro aos anseios e às necessidades do crescente fluxo demográfico, que almejava um pequeno pedaço de chão, de modo a garantir sua reprodução enquanto camponeses (NUNES, 1996).

Rondônia entre o período de 1970 a 2016 implantou diversos Projetos de Assentamentos incorporando áreas ao Programa de Reforma Agrária, todavia, ao adentrar no contexto geopolítico da estrutura fundiária em Rondônia, percebe-se, inúmeros conflitos no campo, resultando em diversas mortes e poucas prisões nesse processo de colonização e ocupação de terras no Estado.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT desde 1970 realiza uma pesquisa em âmbito nacional sobre os conflitos e violência no campo, em sua última edição (2016) aponta que Rondônia foi responsável por 34,4% das mortes em conflitos agrários no Brasil, portanto, o problema de terras em Rondônia é grave e antigo (CPT, 2017).

Segundo o INCRA (2016), Rondônia tem 106 áreas em situação de disputa, em 23 municípios, ao todo são 8.759 famílias acampadas, sendo 25% enquadradas em “alto grau de risco de conflitos graves”, pois 80% desses acampamentos estão em fazendas que não têm o título definitivo, do total de imóveis ocupados, 75% dependem de ação direta do Programa Terra Legal para futura destinação à reforma agrária, e 25% demandam atuação do INCRA (LIMA e LOCATELLI, 2017).

O INCRA assentou entre 1970 e 2016 um total de 46.564 camponeses, no entanto, o Estado de Rondônia possui um total de 16.369.615 hectares de terras públicas divididas em 92 glebas públicas, tendo assim 64% de terras destináveis e 36% de áreas não destinadas (5.923.892 hectares) (RIBEIRO, COSTA SILVA, SANTOS, 2016, p.19).

Segundo dados do Relatório de Desempenho do Terra Legal 2009-2014 (BRASIL-MDA, 2014), Rondônia é um dos estados que menos avançou no processo de georreferenciamento das glebas públicas federais e das parcelas de terras.

O Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR (SIPRA, 2017) disponibiliza informações a respeito dos imóveis rurais cadastrados, Rondônia possui 234 imóveis numa área de 17.606.084,20 hectares de titularidade pública e 107.333 imóveis no total de 12.286.961,31 hectares de titularidade particular.

Vinculado ao Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA (SIPRA, 2017) em Rondônia estão 224 projetos de assentamento com um total de 38.947 famílias assentadas, numa área de 6.202.021,394, todavia, a capacidade é para 66.121 famílias.

A distribuição desses assentamentos se encontra disperso pelo Estado de Rondônia, seu planejamento espacial e a organização das moradias nos assentamentos são diferenciados, contudo, deve-se levar em consideração aspectos produtivos e o uso de recursos naturais presentes no local no momento de definição das formas e modelos de parcelamento dos lotes.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST busca em seus assentamentos um mecanismo sistêmico de pensar o espaço, ou seja, a vida no centro do projeto. Esta maneira estratégica empregada influencia e estimula o convívio e relações sociais, contribuindo para se pensar novas formas de relacionar produção e aproveitamento de recursos naturais.

Diferentemente da propriedade fundiária capitalista, Wanderley (2009) traz em seu livro “O mundo Rural um espaço de vida” uma reflexão sobre a propriedade da terra, destacando que a propriedade fundiária capitalista explora, até o esgotamento, a fertilidade natural do solo, geralmente em grandes extensões de terras sob a forma de equipamentos e insumos agrícolas, portanto, a propriedade fundiária nestes moldes

é, assim, o elemento central, através do qual se efetua a dominação indireta do capital na agricultura.

No caso dos camponeses estes podem se organizar para explorar individual ou coletivamente, através de cooperativas ou grupos avançados de autogestão “muitas combinações são possíveis entre os diversos tipos de propriedades e os diversos tipos de exploração” (VEIGA, 1986, p.34).

Logo, áreas de implantação de PA passam por uma nova dinâmica de ocupação espacial, com características econômicas e sociais distintas das antigas propriedades. “São realizadas alterações na conformação do espaço local, no sistema produtivo e nas relações sociais, de forma a viabilizar a implantação do assentamento” (BERTOLINI e CARNEIRO, 2007, p. 204).

Desta maneira a estrutura fundiária do Estado de Rondônia desde seu processo de colonização e implantação dos projetos de Reforma Agrária tem contribuído para atual conjuntura socioespacial no campo, percebe-se que dispõe de diversas áreas sob o gerenciamento do capital, contribuindo para a violência e massacre no campo. O crescimento do agronegócio está sufocando as propriedades dos camponeses, impulsionando um modelo único e centralizado de produção e relação social.

3 | CAMPESINATO E ASSENTAMENTOS RURAIS

A atuação do MST em Rondônia teve início em 1980, sendo que a luta pela terra no Estado se dava espontaneamente, ao passo que grupos de camponeses se organizavam para ocupar áreas de interesse. Contudo, setores da igreja tanto católica quanto luterana e sindicatos de trabalhadores rurais os apoiavam. A articulação desses diferentes grupos consistia basicamente na conquista pela terra, cuja a legitimidade era assegurada pelo trabalho realizado nela (SOUZA, 2011).

A partir desse trabalho conjunto, sendo os militantes do MST responsáveis pelo mapeamento das áreas de interesse para serem ocupadas, ocorreram diversas tentativas de ocupação de terras, e o sucesso de algumas delas projetou o MST como uma força política relevante no Estado (MORISSAWA, 2001). Desde então o movimento tem ampliado seu campo de atuação, territorializando-se em pontos estratégicos em diferentes regiões do Estado de Rondônia.

Assim era ocupado e reocupado pelos camponeses diversas áreas até a conquista do assentamento. Desse modo acontece a territorialização da luta pela terra. Cada assentamento conquistado é uma fração do território, onde os camponeses vão construir uma nova comunidade. A luta pela terra leva a territorialização porque com a conquista de um assentamento, abre-se perspectivas para a conquista de um novo assentamento (FERNANDES, 2000).

Sobre a organização das moradias em assentamentos rurais Bertolini e Carneiro (2007, p. 206) têm contribuído na compreensão desse planejamento espacial, colocando que as moradias podem estar situadas nos lotes individualmente ou em

agrovilas. Usualmente nos assentamentos da reforma agrária em Rondônia, verifica-se algumas experiências de núcleos de moradias, comumente chamados de *raio de sol* devido ao formato de alguns núcleos.

Difere-se de agrovila pelo fato das casas serem construídas nos lotes. O assentamento é parcelado em lotes individuais com desenho que facilite a proximidade entre as diversas moradias. Dentro dele, existem vários núcleos de 10 a 15 famílias, em média, cujo tamanho varia de acordo com a topografia, a hidrografia e as estradas existentes. No interior de cada núcleo, reserva-se uma área coletiva para aquelas famílias. A área comunitária de todo o assentamento localiza-se num local central, podendo estar inserida no interior da área de um dos núcleos (BERTOLINI e CARNEIRO, 2011).

Scopinho (2009) aponta o momento da demarcação dos lotes como importante, pois, trata-se da definição da geografia do assentamento, que envolve um processo organizativo intenso, repleto de negociações entre as famílias a respeito de como querem viver. Portanto, a ideia é que o assentamento seja um espaço de convivência diferenciado no mundo rural, deve ser o lugar da contraposição ao modelo agrário tecnicista e especializado, portanto, sua organização é também uma forma de dizer algo diferente (NOBREGA, 2013).

A exemplo da viabilidade desses núcleos de moradias Nobrega (2013) aponta em sua pesquisa o Assentamento 14 de Agosto que é composto por agrovila, onde as famílias se beneficiaram do modelo que permitiu, uma maior aproximação entre os camponeses.

“Essa maneira de dispor as casas possibilitou uma convivência maior entre as pessoas do que entre aquelas que permaneceram cada uma em seu lote maior” (NOBREGA, 2013, p.92), “assim as relações de vizinhança e também de parentesco se estenderam por toda a agrovila, certamente agregando mais força à luta por aquele pedaço de terra que ainda não era oficialmente deles” (NOBREGA, 2013, p.93).

Fabrini (2008) observa que na luta pela terra, a dimensão territorial tem papel fundamental na resistência aos esquemas de dominação capitalista. Nesse sentido percebemos que o camponês-assentado trava uma luta para além da terra. Nobrega (2013, p.93) mostra que o Assentamento 14 de Agosto propôs uma nova dinâmica na disposição dos lotes como mecanismo de resistência a dominação capitalista:

Por estarem localizados no seio do latifúndio rondoniense, o embate que travaram foi além da luta pela terra: passaram a produção de um contra-discurso sobre a terra entendida enquanto espaço de reprodução social do grupo, muito distante da mercantilização. Ao instituírem uma terra coletiva de trabalho opõem-se a visão comum de terra como mercadoria ou a visão do campo como residência para turismo. O campo é habitado e vivido a terra é uma herança de todos, não apenas da família.

Fontes et al., (2015) afirma que o fortalecimento dos territórios camponeses na disputa contra a agricultura capitalista perpassa pelas estratégias camponesas de resistência e recriação de sua cultura e modo de vida. Essa realidade pressupõe uma

unidade de contrários, à medida que se observa o avanço da agricultura moderna nos territórios camponeses, desterritorializando, retirando sua autonomia e cultura, antagonicamente, eles se organizam, constroem alternativas buscando meios de sua própria existência, recriação, autonomia e resistência.

Dessa forma, produz-se ações de apropriação do espaço, se territorializando, desenvolvendo relações sociais, produtivas, políticas e econômicas, e criando um campo de poder.

José de Souza Martins (1981) explica que a expansão do capitalismo no campo se dá pela sujeição da renda territorial ao capital, seja comprando terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital realiza a sujeição da renda da terra, que é a condição para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Na subordinação da produção do campesinato a propriedade e posse da terra continuam em mãos camponesas, o trabalho se mantém de base familiar, porém o capital cria as condições para extrair o excedente econômico.

Quando os camponeses migraram para Rondônia e realizou-se as primeiras ocupações nas áreas de assentamento essas famílias traziam consigo o desejo de produzir, de fazer a terra prosperar aplicando naquele lugar seus conhecimentos e tradições na busca da reprodução dos seus espaços vivenciados, ou seja, reproduzir as experiências trazidas na “bagagem”.

Por isso, discutir o papel do campesinato na luta pela terra e sua luta na terra consiste em compreender as relações sociais existentes em seu território, para isso, coloca-se a necessidade de entender seu processo histórico e os percalços dos distintos projetos de rumos da sociedade, ou seja, o projeto político do capital versus o projeto do campesinato e remete à dicotomia, de um lado a realização do projeto de soberania alimentar e autonomia camponesa e o outro se apresenta por meio do processo de subordinação dos camponeses ao capital.

4 | CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E DE FORMAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CHICO MENDES I

A história da ocupação da Fazenda Dois Jacys, do Senhor José Milton de Andrade Rios, teve início no dia 24 de junho de 1996, tal fazendeiro era conhecido, devido diversos conflitos litigiosos com colonos e indígenas. Além de ser acusado por diversas mortes de seringueiros e do Advogado Agenor Carvalho, conhecido como “advogado dos pobres”.

Como as famílias de sem-teto e sem-terra viviam desamparadas, Agenor ao se estabelecer numa pequena sala no centro da capital rondoniense, foi logo procurado por famílias de sem-terra e sem-teto, que não conseguiam advogados para pleitear os seus direitos.

A grilagem de terras ultrapassava os limites do imaginável naquela época, e era

comum a polícia tomar espingardas dos posseiros, mas permitir arsenais completos em mãos de fazendeiros. Agenor acusava o fazendeiro José Milton de Andrade Rios de guardar um estoque de armas pesadas no Seringal Muqui. O que lhe custou a morte, Agenor, foi assassinado com um tiro de revólver 38 no coração, no quarto de sua casa, em 9 de novembro de 1980.

Porém, mesmo em meio a toda violência e massacre existente no campo, a igreja católica juntamente com os sindicatos rurais e o MST contribuíram no processo de ocupação da fazenda e chamada das famílias que necessitavam de terra. Era todo um procedimento organizativo, de modo que alguns membros começaram a fazer parte das lideranças do acampamento. Segundo depoimentos, o próprio fazendeiro se reuniu com as famílias manifestando a vontade de vender a terra, por isso, não houve problemas com pistolagem no acampamento.

No início, apenas os homens ocuparam a fazenda, mas via-se algumas mulheres, depois de alguns meses notando que não havia perigo, dirigiu-se para área o restante de mulheres e crianças, onde atualmente se localiza a Agrovila 1, no lote da Dona Josefa Gomes de Souza. Naquela época a condição financeira era difícil, pois, a maioria não dispunha de transporte próprio, então para se deslocar para a cidade ou até ao acampamento era a pé ou de carona.

A situação era difícil, hoje com o que tenho, vejo que naquele tempo eu passava fome, mas, como eu não era acostumado com a melhora, eu já vinha naquela vida, para mim a vida era boa ali dentro também, não era ruim, faltava uma mistura, você corria e matava uma caça, e fomos até vencer, ver figura 1.



FIGURA 1 – PERÍODO EM QUE OS CAMPONESES ESTAVAM NO ACAMPAMENTO.

Fonte: Acervo pessoal de Paulo Correia de Melo.

Os barracos antes das mulheres e crianças chegarem era de lona, depois houve a derruba e limpeza da área, madeiras foram cerradas para construir os barracos, distanciados entre dois em dois metros. Alguns dispunham de um banheiro simples dentro de casa para tomar banho com a ajuda de baldes de água, puxados de poços,

mas nem todos dispunham, apenas aquele que ajudava a cavar poderia usufruir, contudo senão ajudasse ficaria sem água (FIGURA 2).



FIGURA 2 – BARRACOS DOS CAMPONESES NA ÉPOCA DO ACAMPAMENTO.

Fonte: Acervo pessoal de Paulo Correia de Melo.

O banheiro para outras necessidades era comunitário, o que causava problemas, pois, nem todos ajudavam na limpeza.

O poço de água nem todos podiam furar, senão iria virar buraco puro, então se você ajudava a cavar podia usar junto, senão ajudava o cabra podia negar. Se queria tomar um banho tinha que fazer um banheirinho dentro de casa, para tomar banho de baldinho, o interior dos barracos era simples (FIGURA 3). O banheiro para fazer as necessidades da gente tinha uns que ajudava a lavar o banheiro tinha outros que não, virava uma imundície, era um monte de fossa.



FIGURA 3 – IMAGENS DOS INTERIOR DOS BARRACOS.

Fonte: Acervo pessoal de Paulo Correia de Melo.

As mulheres, na maioria do tempo, não tinham a presença de seus maridos, pois, havia a necessidade de trabalhar fora, pois, no acampamento plantava-se o básico para consumo: arroz, feijão e mandioca, a carne advinha da caça e pesca que os homens capturavam. Outros alimentos haviam necessidade de comprar na cidade, o governo doava cestas básicas, como é relatado:

Dentro do acampamento tinha uma cantina, onde doava cesta básica, quando

chegava o dia de distribuir aquelas coisas era uma fila imensa, o feijão que vinha nós chamávamos de 'feijão bala', 'era comer e matar', porque o bicho não cozinhava nem de nojo, era três dias no fogo e não cozinhava, era doado pelo governo. Doavam arroz também, de vez enquanto um pedaço de sabão, o resto a gente se virava, tinha umas pessoas que não pegavam, mas era difícil, na época que eu fiquei no acampamento se eu peguei cesta básica foi três vezes, meu esposo comprova, ele não parava, andava pelas linhas e trazia, a vida lá já era difícil e comer aquilo lá ainda mais.

No dia 17 de fevereiro de 1997, lideranças do acampamento participam da Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, o objetivo era chegar em Brasília no dia 17 de abril, exatamente um ano após o Massacre de Corumbiara. Os Sem-Terra partiram de três pontos diferentes do país e, por dois meses, atravessaram a pé diversos municípios do Brasil, o percurso de cada ponto foi de cerca de 1.000 km, chegando em Brasília foram recebidos por 100 mil pessoas, além de chamar atenção para a urgência da Reforma Agrária, a marcha visava pedir a punição aos responsáveis pelos massacres, e celebrar pela primeira vez o Dia Internacional de Luta Camponesa.

Saímos de Rondonópolis dia 17 de fevereiro de 1997 chegando em Brasília dia 17 de abril do mesmo ano a pé, caminhamos 1.000km, uma marcha reivindicando. Entre mobilizações no INCRA em prefeituras e tantas outras coisas para se conseguir a conquista da terra com a pressão da organização, então as pessoas falam 'ah você ganhou essa terra', nós não ganhamos essa terra, ela foi conquistada a partir muita luta, e essa terra foi conseguida através de uma aquisição, o governo pagou ao fazendeiro, ela foi comprada (R\$7.000,00 o hectare de terra nua – era tudo mata), e no final pagamos ela através do título da terra.

No acampamento tinha um espaço improvisado, feito de palha onde acontecia as celebrações e a escolarização das crianças, a Senhora Nelci Cerino da Rosa Moreira era a responsável pelas crianças, a mesma relata que:

Quando chegava a sexta-feira eu saía com as crianças deixando nas casas, mas ainda tinha uns 8 que dormia no meu barraco, mas era bom, não sei se teria animo para fazer tudo de novo, mas se for preciso faria novamente. No final de 1997 início de 1998 o pessoal que vinha para a agrovila 1 e 2 deixava as crianças estudando na escola do acampamento e eu tinha que ficar morando lá num barraquinho como meus filhos. Meu marido trabalhava na agrovila 1 e 2, e eu lá dando aula para os outros, assim fiquei o restante do ano lá.

Mesmo com todo esse sofrimento as famílias continuavam acampadas em busca de uma oportunidade de aquisição de terra, por isso, em março de 1997, várias famílias se deslocaram a Sede do INCRA em Porto Velho:

Março de 1997 fomos para Porto Velho numas 500 pessoas ficamos acampados uns três meses na Sede do INCRA, inclusive eu dava aula numa sala do Inca para os meninos que estavam lá acampados, só saímos de lá com o pessoal da NUPLAN que foi a empresa que veio cortar os lotes.

Em novembro de 1997 conseguiram a emissão de posse da terra, mas apenas para uma parte da terra, então foi mais um ano para conseguir garantir lotes para as 242 famílias:

Então no processo de 1 ano e 8 meses de embate conseguimos a liberação da

área, até mesmo porque o fazendeiro também estava doido para vender. O dono dessas terras era um grande latifúndio, porque no início em Rondônia o Governo passava grandes áreas de terra para quem queria ser seringueiro ou em título de apropriação, no intuito do dono desmatar e fazer da terra produtiva, gerando emprego e renda, mas eles não faziam, só pegava a terra, inclusive tem muitos que fazem isso até hoje, assim como José Milton que tinha uma área disfarçada de seringal, pois na verdade ele só queria se apropriar da terra. Se olhar antigamente aqui nem seringa tinha, algumas árvores na beira do rio, mas isso não justificava nada e essa área dele ia desde a beira do Rio Machado até Alvorada do Oeste (6.000 alqueires). Quando nós ocupamos essa área ele já tinha vendido uma parte, essa área ia daqui até na 6ª linha que também foi ocupado pelo movimento, em novembro de 1997 foi dada a emissão de posse da área, mas só saiu uma parte, então foi mais um ano para liberar e concluir o assentamento das 242 famílias.

Quando a empresa NUPLAN LTDA responsável pela fotogrametria, cartografia e topografia demarcou os lotes, iniciou-se o processo de distribuição das famílias pelas lideranças do acampamento, utilizando-se de sorteio cada assentado foi direcionado para suas respectivas propriedades:

Quando foi cortada a terra juntou todo mundo, principalmente os coordenadores dos grupos, tinha que ter para controlar o povo, senão virava bagunça. Criamos os nomes das agrovilas e decidimos a quantidade de lotes. Ponhamos duas crianças para sortear os nomes com os números. Foi dentro de dois chapéus, a criança pegava sorteava o nome da agrovila, depois o nome do coordenador, depois fazia outro sorteio, já que cada grupo sabia para onde iria, o outro sorteio era parecido, mas agora com o número do lote e nomes dos assentados, foi feito assim para cada agrovila (FIGURA 4).



FIGURA 4 – CAMPONESES EM SEUS LOTES INICIANDO A DERRUBADA PARA CONSTRUÇÃO DE SUAS CASAS E ROÇA.

Fonte: Acervo pessoal de Paulo Correia de Melo e Delci Cerino da Rosa.

Depois que cada um pegou seu lote, iniciou-se outro processo que foi a aquisição de energia elétrica, escola, estrada, posto de saúde, crédito:

Depois do processo de assentamento você chega na terra e vê que seu problema não está resolvido, porque o que adianta pegar um cidadão que está ali no acampamento a dois ou três anos nas últimas, que a situação na época era muito difícil financeiramente e tudo, e colocar ele na terra sem nenhum recurso sem nada, então foi outro processo de luta para ir atrás de crédito, porque não foi ninguém que veio trazer aqui para nós, a construção de estradas foi outro processo de busca no INCRA, a energia também, mas na época havia uma organização muito forte, a gente se empenhava nisso, eu mesmo esse lote aqui era abandonado, eu

ficava tempo todo no mundo atrás, mas enquanto em outros lugares levou 10 ou 20 anos para chegar energia, aqui conseguimos colocar dentro de 2 anos, fomos atrás de escola, mas o governo não estava nem aí.

Documentos disponibilizados pelo SIPRA, menciona que entre 1998 e 1999 existiam duas associações no PA, a organização das famílias se baseava no associativismo, ambas com característica mista de associados, a primeira com 25 membros atuantes, fundada em 10 de novembro de 1998, com o nome Associação dos Trabalhadores Rurais da Agrovila Pe. Ezequiel – ASTRAPE, presidida pelo Senhor Derci Rocha Pereira, e a outra Associação dos Produtores Rurais Para a Reforma Agrária Pequena Vanessa – APRAPV fundada 27 de junho de 1999, presidida pelo senhor Valdecir Alves Moreira, com 27 associados, mas para alguns entrevistados não atingiu muito as expectativas da comunidade:

A associação existiu desde o começo, mas essa questão de associativismo ela no processo de organização e busca de melhorias na propriedade não contribuiu muito, porque a força da associação em si ela é forte quando se tem uma produção organizada, só o processo organizativo ali de busca ela é muita pequena, diferente de um movimento social que tem vários setores e municípios envolvidos. Geralmente tem conquista que é de esfera estadual e nacional não adianta você ir ali na prefeitura brigar por um postinho de saúde desse que ele não vai poder fazer nada, então a briga é muito maior, então ela se resume num mundinho muito pequeno, aí vem os políticos que se apropria, vem as brigas internas, então sinceramente nós temos uma associação desde o primeiro dia que entramos aqui, não conseguimos muita coisa com ela, teve muita confusão interna, nela tem uma máquina pequena de arroz que custava uma mixaria e conseguimos comprar, limpava o arroz e um triturador, nós não conseguimos um trator.

Portanto, para os assentados existe um descaso pelo Governo, que mesmo num processo organizativo, dificilmente se consegue infraestruturas básicas para atender a comunidade. Um exemplo prático desse descaso encontramos no relato dos camponeses ao mencionar que construíram provisoriamente, uma escola para que seus filhos pudessem estudar, a madeira foi retirada a partir de derrubadas nos lotes, assim como para a construção da sede da associação criada em 1998 (FIGURA 5).



FIGURA 5 – ESCOLA CONSTRUÍDA PELOS CAMPONESES PARA SEUS FILHOS ESTUDAREM.

Fonte: Acervo pessoal de Delci Cerino da Rosa.

Durante o período de assentamento houve problemas com venda de terras por

alguns assentados, mas, estes foram punidos pelos membros da comunidade:

Existe uma crítica à venda de terra nos assentamentos isso também não era uma política que defendíamos nós éramos contra. Inclusive no início chegamos a tirar gente que vendeu terra, mas o próprio INCRA pegou e trouxe o cara de novo e colocou na terra, porque nós achávamos que não deveria acontecer isso, mas com todo esse processo da crise chega um ponto que não entra mais em discussão.

Existe relato de que quando os assentados iniciaram o processo produtivo em seus lotes, com a implantação de lavoura, não se conseguiu alcançar o retorno de produtividade esperada, pois, o solo não era adequado para a agricultura, além disso, alguns lotes no período de chuva submergia a maior parte pela elevação do nível dos córregos e do Rio Muqui:

Hoje aqui é tudo pasto, mas não é porque nós quisemos, não era a ideia, mas sim de ter uma propriedade diversificada, sempre defendemos essa ideia, porque a gente entendia que ela traria mais renda, tivemos problemas, parte do assentamento a terra é inferior, não é apropriada para agricultura, ai quebramos a cara nos primeiros anos, derrubamos e fomos plantar café, cacau e outras lavouras e não respondeu, não foi feita uma correção na terra, nada de assistência técnica então nós apenas só trabalhamos, ai de tanto bater viu que não tinha jeito então foi mudando para pasto e leite, foi onde a maioria da renda do assentamento hoje é o leite, onde as pessoas deram uma equilibradinha e tal, mas quem teimou às vezes vendeu a propriedade porque chegou num ponto que financeiramente tinha quebrado (FIGURA 6).



FIGURA 6 – DERRUBADA PARA INICIAR O PLANTIO DAS LAVOURAS.

Fonte: Acervo pessoal de Delci Cerino da Rosa.

Aqueles que ainda tinha perseverança e já possuía terra, continuava na luta, mas para ajudar outros companheiros, a exemplo disso, são as lideranças do Assentamento Chico Mendes, deixando suas casas provisoriamente para contribuir na posse de terras por outras famílias na Fazenda Gladys William localizada na região de Nova Brasilândia, noroeste de Rondônia:

Depois de assentado fomos contribuir para assentar outras famílias na Fazenda Gladys William, tivemos problemas com pistoleiros até mortes, mas o povo está assentado lá. Essa questão varia muito de região para região, no Cone Sul, Corumbiara é muito mais complicado, porque os fazendeiros são organizados. E

hoje até o movimento está mais fraco mais devagar devido as áreas que sobraram os fazendeiros estão superprotegidos, e ainda tem a impunidade, não acontece nada, ultimamente teve uma ação na Nova Vida onde ninguém foi punido e aquela área está lá parada.

Após anos de luta no Assentamento Chico Mendes, Agrovila 3, conseguiu-se uma escola para atender as crianças da região, em 2003, foi inaugurada, isso porque os alunos entraram sem a permissão do Governo:

Eu trabalhei numa escolinha rodeada de folha de coqueiro, aqui no meu sitio na Agrovila 3, porque tinha um poço bom e a gente precisava de água, fiquei 1 ano dando aula ali e servia como igreja também, depois reunimos, os pais tiraram madeira de motosserra e fizeram ali perto de onde é a igreja uma escola de 4x5 onde fiquei mais dois anos em 2003 fizeram a escola que temos hoje, mas não autorizaram nossa entrada porque tinha que esperar o governador vim para inaugurar e fazer uma festona, nessa escola tinha energia e eu na outra sofrendo, daí teve um dia que reunimos o pessoal da associação e disse 'gente eu sou obrigada a ficar nessa escolinha com essa escolona ai?' Ai eles falaram 'você quem decide', ai falei 'molecada' era uns 45 alunos na época era cedo e tarde, falei 'vamos pegar as cadeirinhas e mesas e vamos abrir uma sala daquela que vamos estudar lá' ai fomos, entramos ai falei 'agora pode chover que não cai', logo depois que já estávamos estudando na escola eles foram fazer o tal do churrasco para inaugurar, ai falei 'nós já inauguramos! '.

Atualmente a escola atende do pré-escolar até o 9º ano, tinha um projeto de ampliação, visando o ensino médio, todavia, com aulas apenas uma ou duas vezes por semana:

Realizou-se uma reunião com a comunidade, mas, a disseram que ficaria muito mais caro pegar um professor com carro e trazer aqui, do que passar um ônibus e levar para a cidade, e claro que toda vida trabalhamos para ver se tinha educação no campo, sobretudo, porque não é o aluno que tem que se adaptar a escola, mas a escola se adaptar ao aluno. Então a gente buscava isso, pois se o aluno é daqui ele tem que trabalhar no outro dia, então ele estudando aqui ele chegaria mais cedo em casa e já poderia ir descansar para trabalhar no outro dia. Estava quase dando certo, mas tinham alguns alunos que preferiam ir para a cidade.

Compreender esse processo de luta pela terra consiste em observar cada relato, dando voz aos camponeses, e atenciosamente analisar cada fala, cada momento, que para eles é algo que tocou sua vida profundamente, mesmo sendo uma vida sofrida, em nenhum momento comentaram que se arrependeram, pois, estar no movimento em busca de um território e vivenciá-lo foi uma grande conquista. Cada barraco contava uma história, história de 'vida melhor', e assim continua até a contemporaneidade, dentro de seus lotes, cada dia é uma nova conquista, problemas haverá, mas não desistem seguindo na caminhada!

5 | CONSIDERAÇÕES

Mas muitos assentamentos foram criados em áreas de difícil acesso e de baixa fertilidade do solo, contribuindo para novas migrações. Ocasionalmente diversos conflitos

agrários entre os camponeses e fazendeiros, por isso, destacamos a importância dos trabalhos da CPT, nesse processo de denúncia e apoio aos camponeses.

Que juntamente com o MST possibilitou não apenas o acesso a moradia aos camponeses nos assentamentos rurais, mas também o planejamento sistêmico do espaço social nesses projetos. Mecanismo estratégico que influenciou e estimulou as relações sociais desses sujeitos, contribuindo para se pensar novas formas de produção e reprodução dessas famílias em suas comunidades. Tais áreas contemplavam uma nova dinâmica de ocupação espacial, com características econômicas e sociais distintas das antigas propriedades, logo, alterações na conformação do espaço local.

Por isso, Martins (1981) e Fernandes (1996) colocam essa singularidade do campesinato na sua maneira de criar e recriar os seus espaços, a terra, numa relação social na busca da sua autonomia, típica de seu modo de vida, territorializando-se.

Quando os camponeses migraram para Rondônia e realizou-se as primeiras ocupações nas áreas de assentamento essas famílias traziam consigo o desejo de produzir, de fazer a terra prosperar aplicando naquele lugar seus conhecimentos e tradições na busca da reprodução dos seus espaços vivenciados, ou seja, reproduzir as experiências trazidas na “bagagem”.

Por isso, discutir o papel do campesinato na luta pela terra e sua luta na terra consiste em compreender as relações sociais existentes em seu território, para isso, coloca-se a necessidade de entender seu processo histórico e os percalços dos distintos projetos de rumos da sociedade, ou seja, o projeto político do capital versus o projeto do campesinato e remete à dicotomia, de um lado a realização do projeto de soberania alimentar e autonomia camponesa e o outro se apresenta por meio do processo de subordinação dos camponeses ao capital.

No caso do Projeto de Assentamento Chico Mendes I constituído na então Fazenda Dois Jacys, do Senhor José Milton de Andrade Rios, em junho de 1996, as famílias contaram com a colaboração do MST, Sindicato Rural e igreja católica. Esses camponeses provinham de várias regiões do Brasil, principalmente, do Sul e Sudeste.

Durante o período de acampamento essas famílias passaram fome e medo, puderam experimentar as contradições, articulações, conflitos e o descaso pelo setor público, contudo, a vontade de possuir uma terra para chamar de casa não foi arrancada de seus sonhos, por isso, não se acomodaram, iniciando novamente o processo de luta, foram dois anos para que se consolidasse o Projeto de Assentamento.

No convívio com as outras famílias fizeram com suas próprias mãos suas moradias, escola e outras benfeitorias. O INCRA nesse processo de implantação do assentamento foi de fundamental importância, juntamente com a articulação dos movimentos sociais, a partir da organização dos assentados.

Compreender essas dinâmicas e estratégias de produção e reprodução nos assentamentos rurais nos coloca a refletir sobre os principais problemas enfrentados por esses camponeses, suas vivências e experiências que estão face a face as lógicas ditadas pelo mercado, por muitas vezes ficam à mercê de políticas públicas que não

atendem suas demandas e tentam molda-los as dinâmicas do capital.

Desse modo a luta na terra, é a luta cotidiana dos camponeses trabalhando para produzir, gerando demandas voltadas a organização desses sujeitos rumo a uma autonomia e resistência às dinâmicas do mercado. Logo, é a luta na terra que decreta o fim ou a continuidade atuante do movimento social na luta contra as diversas frações do capital, e de maneira efetiva, sua territorialização.

Contudo, mesmo sendo observado a influência dos agentes externos sobre os camponeses no modo de produzir e nas suas relações sociais, estes no interior de cada lote tentam por meio de seus saberes empíricos produzir seu próprio alimento e gerar renda sob o suor derramado sol a sol, dia a dia na busca incessante de territorializa-se na sua terra.

REFERÊNCIAS

BERTOLINI, V. A.; CARNEIRO, F. F. **Considerações sobre o planejamento espacial e a organização da moradia dos assentamentos de reforma agrária no DF e entorno.** Revista Libertas, Juiz de Fora, edição especial, p.202-226, fev. 2007.

BRASIL. MDA. **Relatório de Desempenho 2009/2014 e Plano de Metas 2014/2019.** 2014. Brasília: MDA. Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia legal – Serfal. 34p.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil 2016.** Goiânia: CPT Nacional, 2017. 232 p.

FABRINI, J.E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. Em: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FONTES, M. A.; RABANAL, J.E.M ; FILHO, E.S.R ; SIQUEIRA, P.Z.R ; SOUZA, F.A ; Ferreira, K.C . **Campesinato, agroecologia e reforma agrária: a metodologia de camponês a camponês no sul de Sergipe, Brasil.** In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA: POR UNA AMÉRICA LATINA UNIDA E SUSTENTABLE, 15, 2015, Havana. Anais do XV Encontro de Geógrafos de América Latina: Por una América Latina unida e sustentable. Havana, Cuba: Editora da Universidad de la Havana, 2015. p. 985-998.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Titulação.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/titulacao>>. Acesso em: 07 Fev. 2018.

LIMA, T. O.; LOCATELLI, M. **O sangue que escorre nas mãos da cúpula capitalista: conflitos agrários no estado de Rondônia.** In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8, 2017, Curitiba. Anais... Curitiba, 2017. p. 1-15.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. v. 1. 233p.

MOREIRA, Rui. **O que é geografia.** 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos; 48).

MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2001. 256 p.

NOBREGA, J. S. **A produção da vida como política no cotidiano: a união de terras, trabalho e pannels no Coletivo 14 de Agosto, em Rondônia.** 2013. 277 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

NUNES, D. D. **RONDÔNIA: ocupação e ambiente.** *Revista Presença, Porto Velho-RO.* 1996. Disponível em: <<http://www.revistapresenca.unir.br/boletim.html>>. Acesso em: 15 Dez. 2018.

RIBEIRO, A. F. A.; COSTA SILVA, R. G.; SANTOS, J. L. **Política de regularização fundiária em Rondônia: limitações do programa terra legal e expectativas socioterritoriais.** *Revista Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n. 29, p. 1-19, 2016.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCOPINHO, R.A. **Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais.** *Revista Psicologia e Sociedade*, São Carlos, v.19, n. 1, p.84-94, Jul./Nov. 2007.

SIPRA. SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA. **Acordão TCU 753/2008.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-t-tulos-de-benefici-rios-da-reforma-agr-ria/sr-17---roraima/sr-17-ro.pdf>> Acesso em: 07 Fev. 2018.

SOUZA, M.M.O. **Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010).** 2011. 358f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

VEIGA, J. E. **O que é reforma agrária.** 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 88 p.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambú. Anais... Caxambu: ANPOCS, 1996. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf>>. Acesso em: 01 fev 2019.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-439-9

